

Mazagão

Retrato de uma cidade luso-marroquina deportada para o Brasil

José Manuel Azevedo e Silva

Universidade de Coimbra

O sonho e o pesadelo marroquino

Com a dinastia de Avis, Portugal foi o primeiro país colonizador da Época Moderna e foi igualmente o primeiro a descolonizar. O sonho marroquino que, de D. João I a D. Manuel, os portugueses tentaram materializar, cedo se tornou num pesadelo político, «sumidouro de homens, armas e dinheiro» que tanta falta faziam nas restantes partes do dilatado império.

A questão de Marrocos dividirá mesmo o Povo Português em dois «partidos» ou correntes de opinião, segundo a épica construção camoniana: uma, consubstanciada na figura mítico-simbólica do «Velho do Restelo», que aglutinava os prosélitos da luta contra a moirama no Norte de África, dilatando aí a Fé e o Império, como prolongamento natural do Reino (o Algarve Dalém-Mar) e que a utopia sebastianista tentou retomar; a outra, representada pela figura, também ela simbólica, mas real, de Vasco da Gama, que congregava os partidários das viagens marítimas rumo à Índia, como forma de cercar o islão e combatê-lo pela retaguarda, cortando o acesso dos muçulmanos ao rico comércio oriental.

O fracasso da política portuguesa em Marrocos e o sucesso da aventura marítima levou D. João III à decisão de não continuar a alimentar o sonho e a sacrificar aí os seus escassos recursos humanos e materiais. A queda de Santa Cruz do Cabo de Guer, em 12 de Março de 1541, perante o ataque do xarife de Suz, levou o monarca português a determinar, em Outubro seguinte, a evacuação de Safim e de Azamor. Mais tarde, em 1550, será a vez do abandono de Alcácer Ceguer e de Arzila. No dizer de Robert Ricard, é o fim do «período português» em Marrocos.¹

Portugal conservará apenas Ceuta, Tânger e Mazagão (Arzila foi recuperada por D. Sebastião, em 1577, mas será restituída ao xarife Ahmede Almançor, por Filipe I, em 1589). Ceuta, em 1640, tomou voz por Filipe IV e continuará na posse de Espanha até aos nossos dias. Tânger será cedida

Frontispício da «Historia do famoso cerco, que o xarife pos a fortaleza de Mazagam deffendido pello valeroso capitam mór della Alvaro de Carvalho», de Agostinho de Gavy de Mendonça. Biblioteca Nacional de Lisboa

à Inglaterra, em 1662, como parte do dote de casamento de D. Catarina de Bragança com Carlos II. A partir de então, apenas Mazagão permanecerá como símbolo da resistência, da heroicidade e do sonho luso-marroquino, até à sua evacuação, por ordem de D. José, em 11 de Março de 1769.²

Os «Velhos do Restelo», porém, nostálgicos do sonho marroquino, atravessarão os séculos. Concretamente, em 1890, ao darem à estampa a *História do cerco de Mazagão*, de Agostinho de Gavy de Mendonça, ocorrido em 1562, os editores não deixaram de exarar, na «advertência preliminar», o seguinte: «O perfume das especiarias orientaes estonteou-nos e a conquista da Mauritania, iniciada por D. João I, prosseguida com toda a efficacia pelos seus sucessores até D. Manuel, foi um mau sonho na cabeça de D. João III.»³

Continuamos, ainda hoje, a ouvir vozes condenatórias da atitude (que consideram de fraqueza) do rei português. Esquecem-se, contudo, tais vozes, de que por vezes é necessário sacrificar a parte para salvar o todo. Foi o que fez o nosso monarca. Perante a avaliação dos meios humanos e materiais tidos por necessários e daqueles de que dispunha, decidiu alijar parte do peso mauritano para preservar o império ou, dito de outro modo, optou por trocar o pesadelo marroquino pelo sonho brasileiro.

A resistência do último bastião português em Marrocos

Em 1561, a regente D. Catarina projectou mandar evacuar a praça de Mazagão, mas a nobreza e o povo manifestaram-se contrários a tal intenção. E, uma vez assumida a coroa de Portugal, Filipe I tentou negociar com o xarife Almançor a troca de Mazagão por Larache.⁴

Tendo apenas a porta do mar como abertura ao exterior, donde poderia receber socorros, a praça de Mazagão, até meados do século XVIII, viveu tempos de paz, durante os quais foi possível estabelecer relações e fazer o comércio com



os mouros da Enxovia e da Duquela, entrecortados de tempos de guerra ou ameaças dela, havendo notícia de, em tais situações, terem os mazaganistas (fronteiros e moradores) praticado verdadeiros actos de bravura e heroicidade, como, por exemplo, no tremendo cerco de 1562.⁵

Os ataques mouros à praça portuguesa de Mazagão intensificaram-se a partir de 1750.

Pelas «Relações» e «Notícias» que nos deixaram Simão Correia de Mesquita e Pedro da Silva Correia, sabemos que a praça foi sujeita a duríssimos ataques dos mouros, nomeadamente nos anos de 1751, 1752, 1753, 1754, 1756, 1760, 1763, culminando com o poderoso contingente que montou o último cerco de 1769. Vale a pena atentar no vigor e no dramatismo desses relatos, tanto mais que sabemos terem sido os seus autores testemunhas presenciais.

Ao relatar-nos o ataque de 1751, Simão Correia de Mesquita diz-nos que os 150 cavaleiros e pouco mais de 400 infantes da sua guarnição, «estando continuamente expostos ás hostilidades de hum bloqueyo perpetuo, se póde crer sem a menor superstição, que só o amparo do Ceo os defende da força de hum vizinho tão poderoso, e turbulento»⁶. Face à incrível desproporção das forças em presença, o relator faz questão de deixar expressa a sua profissão de verdade, nos seguintes termos: «A fidelidade, que pede a história nos obriga a segurar ao publico, que nem o amor da Patria, nem o da Fama, nos poderão fazer transgredir as severas leis da verdade, e como o Historiador foi testemunha ocular, por todas as razoes se lhe deve dar inteiro credito ao seu depoimento.»⁷ Passando propriamente ao relato do assalto, começa por dizer que «a 13 e 14 de Novembro de 1751 sairão os Portugueses para o campo de Mazagão Velho, que dista da Praça tres quartos de legoa, e nelle se mantiverão até á noite sem descobrirem vestigios de andar fóra o inimigo». Mas a ameaça pairava no ar. O inimigo não tardaria a atacar e, a 7 de Dezembro seguinte, «ficando os Portugueses senhores do Terreno, conseguirão huma Victoria completa. Os Mouros deixarão no Campo vinte e cinco homens mortos, e mais trinta cavallos, não chegando a nossa perda mais do que a dez cavallos feridos».⁸

A prévia preparação do terreno e a disposição ardilosa das nossas reduzidas forças, por de

forma a surpreender o adversário logo no primeiro embate e quebrar o seu ímpeto, era, por regra, a tática utilizada pelos nossos chefes militares, procurando assim compensar a desproporção numérica. Foi o que aconteceu nomeadamente no início do Verão de 1752, quando Mazagão voltou a ser assediada por um numeroso exército inimigo, porquanto, «logo no primeiro ataque ficarão vinte e tres Mouros mortos e seis cavallos, cujo accaso os atemorizou tão gravemente, que ja supprimidos do seu furor, e acovardados se punhão em retirada, e ficaria sem mais ruina o triunfo dos Christãos, se accaso não chegasse subitamente todo o groço da cavallaria Mourisca, que se observou pelos pendoens que trazião, ser de alguns quinze, ou vinte mil homens, que corrião com tanta furia, e impeto como quem queria levar tudo á escalla».⁹

A provisão de mantimentos, de armas e de reforços humanos chegava normalmente por mar. Mas, por vezes, os mazaganistas viam-se forçados a irem a campo a proverem-se de lenha e de ferrejo. Foi o que aconteceu antes do já referido ataque de 7 de Dezembro de 1751, altura em que tinha sido «muito preciso aos moradores daquela Praça proverem-se de lenha, e ir a ferrejar algumas hervas, e feno para o pasto dos cavallos»¹⁰. Do mesmo modo, antes do assalto de 3 de Fevereiro de 1753, o governador da praça, José Leite de Sousa, «determinou tomar o campo do Palmeirinho furtado, para prover a Praça de lenha apezar das contrarias vigilancias daquelles inimigos»¹¹. Nesse dia, com um esquadrão de apenas 120 cavaleiros e 40 infantes, alcançou o referido governador inequívoca vitória sobre 1800 mouros de pé e de cavalo. Conta o relator que vimos citando que os chefes mouros, «havendo com antecedência mandado retirar para distante citio, como desconfiando dos fins deste choque, os mortos, e mal feridos, que puderão, nos deixarão sómente onze mortos no campo, e sete cativos, que á força de armas trou-

xerão á Praça os nossos Cavalleiros, entrando neste numero alguns dos seus Cabos de primeiro nome. Da Torre da Praça chamada do Rebate, se virão levar atravessados nos cavallos trinta, e tantos mortos, e hum extraordinario numero de feridos»¹², ao passo que, da nossa parte, houve apenas a morte de dois cavaleiros e dois soldados e o registo de um só ferido.

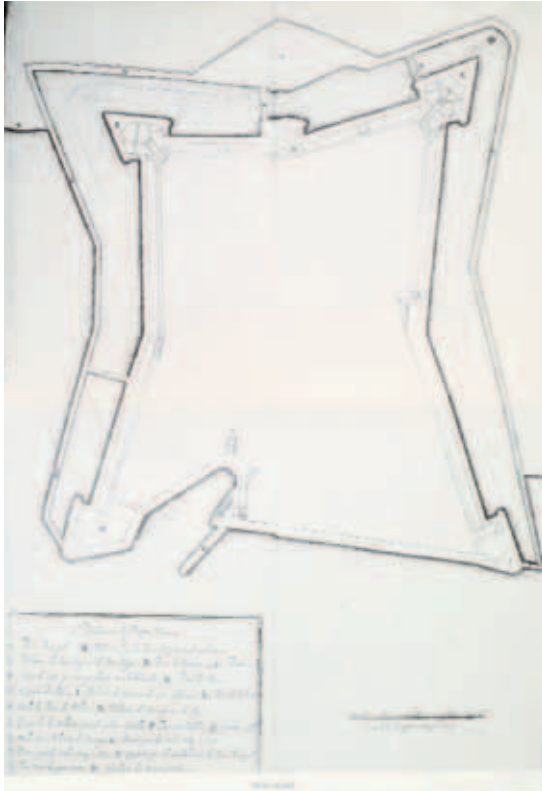
No ataque que a praça sofreu, em 28 de Outubro de 1754, o governador José Leite de Sousa temeu o pior, chegando a considerar «quasi impossivel fazer constante resistencia aquelle esquadram a tantos Mouros»¹³. Apesar da habitual desconformidade das forças em presença, as baixas do inimigo foram muitíssimo superiores às nossas. Ouçamos o que nos diz o nosso informador: «Principiou este combate ao nascer do Sol, e acabou ao meio dia, continuando sempre em repetidas descargas de mosquetaria: e he digno de admiravel ponderaçam, que no espaço de mais de seis horas de peleja perdessemos só dous homens (...). Foy mayor o numero de feridos, e o nam expressamos por nos faltar verdadeira informaçam deste particular.»¹⁴ Repare-se na preocupação do relator em procurar conferir credibilidade às suas inflamadas palavras. Relativamente às baixas do inimigo, acrescenta que «nos ficaram dous captivos e, quanto aos mortos, passáram de setenta».¹⁵

Grande choque sofreram os mazaganistas com o violento tremor de terra de 1 de Novembro de 1755. Atentemos, a este respeito, nas expressivas palavras de Simão Correia de Mesquita, na parte introdutória do seu relato, respeitante ao ataque que os mouros desferiram àquela praça, em Junho de 1756: «Ninguem ja ignora o lastimoso effeito, e deploravel estrago, que a Praça de Mazagão experimentou no primeiro de Novembro do anno passado, aonde desde as nove horas e meya, até as nove e tres quartos tremeo a terra com impeto tão forte, que se abriu em varios sitios, arruinando-se todas as



casas, e desamparando todos suas habitaçens, sendo a confusão igual ao estrago.»¹⁶ Repare-se que todas as casas ficaram danificadas, mas, quanto à fortaleza, nem uma palavra, porque, certamente, nem uma fenda, o que pressupõe a sua robustez. Os mouros julgaram o momento azado para o ataque decisivo àquele bastião lusitano, mas, uma vez mais, subestimaram o heroísmo dos nossos. Como nos diz o nosso informador, «virão, e soberão os Mouros o grande estrago, que os Portugueses padecerão, e avaliando, ou considerando, que a fortuna lhe mostrava prompta occasião, determinarão dar hum assalto á mesma Praça, persuadindo-se, que ficarião victoriosos, como se este não fosse o mesmo Theatro, em que os Portugueses tantas vezes tem ficado Triumfantes, quantas os mesmos forão destruidos, mortos, e derrotados».¹⁷

A disposição estratégica das tropas no terreno ou o facto de ficarem de frente ou de costas para o Sol podia influir no desfecho de uma peleja. E os portugueses, normalmente em inferioridade numérica, sabiam tirar partido disso. Foi o que aconteceu nesta batalha, como expressivamente nos esclarece o relator que vimos



seguindo: «Tiverão os nossos a vantagem de ficarem com as costas para o Sol, e os inimigos com elle nos olhos, cousa que tanto os afligio, que foy huma das causas de conseguirmos mais cedo a victoria, era ja tal a confusão, que havia entre elles, que ja os de Mazagão não duvidavão, antes tinhão por certo o vencimento, começarão a por-se em huma retirada tão forte, que foy huma descomposta fugida, seguirão-os os nossos, e ainda então lhes fizerão mais consideravel damno, mas como se avizinhava a noite se retirarão, e os deixarão na fugida, vierão ao campo da peleja, e trouxerão alguns despojos, supposto que pequenos no valor, não sendo por isso menor a alegria, porque os bons Soldados mais estimão o vencer, que as riquezas, soube-se, que forão mortos perto de quatrocentos Mouros, e entre

elles tres Capitaens, que o seu General fora levemente ferido, e que este fora o motivo da retirada, os feridos forão sem conta, dos nossos morrerão seis, e vinte e sete feridos, que ja se achão restituídos a saude perfeita.»¹⁸ Patriotismo à parte, o nosso relator não deixa passar em claro o heroísmo dos portugueses: «Com esta victoria se recolherão á Praça de Mazagão, os nossos Soldados, pondo desta sorte mais huma Corôa á heroicidade Lusitana, que na Africa, e em todas as partes do mundo se tem coroado com tantos Louros.»¹⁹ Com título e texto idênticos nos relata Simão Correia de Mesquita o cerco de Junho de 1760.²⁰

O penúltimo grande assalto à praça de Mazagão, perpetrado por oito mil mouros, ocorreu em 4 de Abril de 1763, mas o narrador Pedro da Silva Correia não nos dá o número de baixas de um e de outro lado, como por norma fazia Simão Correia de Mesquita. Diz-nos, contudo, ter a praça de Mazagão «de guarnição, quando completa, seiscentos infantes, duzentos cavallos, e quarenta artilheiros»²¹. Temos, portanto, que a guarnição de Mazagão foi reforçada nos últimos anos, uma vez que, como atrás se viu, em 1751 tinha apenas 150 cavaleiros e pouco mais de 400 infantes. O número de artilheiros deveria ser idêntico, ou seja, 40. Informa ainda o relator que, nessa data, em Mazagão «habitão mais de tres mil pessoas de hum, e outro sexo da nação Portuguesa, no qual numero se comprehende multidão grande de Cavalleiros da Ordem de Christo, honrados tambem por seus serviços, e merecimentos, com os fóros de Cavalleiros Fidalgos, e Fidalgos da Casa de Sua Magestade: e a maior parte de seus moradores são de antigas familias, e nobres progénies»²². No início de 1769, perante a informação da concentração de grande contingente de tropas mouras em torno de Mazagão, D. José ordenou o abandono da praça e o embarque da população ocorreu em 11 de Março desse mesmo ano.

Planta de Mazagão em 1611. Instituto Árabe da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Retrato sociológico de Mazagão no momento da sua deportação para o Brasil

O códice 1784 do Arquivo Histórico Ultramarino, com 75 fólios escritos frente e verso, sob o título «Rellação das Familias que vierão da Praça de Mazagão em 11 de Março de 1769», é um daqueles espécimes raros na tipologia documental dos fundos arquivísticos, nacionais e estrangeiros, na medida em que nos permite captar o retrato sociológico daquela praça marroquina, antes da sua deportação para o Brasil.

O escrivão anónimo organizou-o meticulosamente, do seguinte modo: tomou a ordem alfabética dos cabeças-de-casal, com os membros da sua família agregados a seguir, mas, dentro de cada letra, não estão alfabetados; por regra, ao registo do cabeça-de-casal segue-se o nome da mulher, dos filhos, das filhas, de outros membros da família e, por fim, de pessoas com outros vínculos (afilhados, enjeitados, criados e escravos).

No final de cada letra do alfabeto, a seguir às famílias, registou, se era o caso, os nomes das pessoas isoladas, isto é, não integradas em família. Em dois casos, porém, tal regra não se verifica: na letra “M”, depois do elenco das pessoas isoladas, registou uma família, da qual, certamente, se tinha esquecido, o mesmo acontecendo na letra “V”, desta feita com duas famílias.

Em função dos elementos a registar, o códice está estruturado em cinco colunas. Na primeira, estão exarados os nomes dos 1863 membros das 425 famílias²³ e dos 229 indivíduos isolados (não integrados em famílias), num total de 2092 pessoas, que corresponde à população portuguesa da praça, evacuada em 11 de Março de 1769. A segunda coluna dá-nos o cargo, profissão ou qualquer outra situação dos cabeças-de-casal, bem como do parentesco de cada um dos membros da família (mulher, filhos, parentes e pessoas com outros tipos de vínculo, já atrás explicitados). Esta coluna,

rica de informações, dá-nos ainda a profissão, cargo, ocupação ou situação de grande parte dos elementos masculinos dependentes e dos 229 indivíduos não integrados em famílias (a nenhuma mulher é assinalado cargo ou profissão), bem como esclarecimentos específicos de vária ordem. A terceira coluna regista a idade dos maiores de 11 anos, no total de 1497 pessoas. A quarta dá-nos igualmente a idade das 595 crianças menores de 10 anos. A quinta e última coluna puxa à direita o total de cada uma das 425 famílias e de elementos dos grupos de indivíduos sem família registados no final de cada letra do alfabeto, como atrás ficou expresso, de modo que a soma de todas estas parcelas perfaz, no final, o total geral de 2092 pessoas (1137 do sexo masculino e 955 do sexo feminino).

Passemos ao tratamento e interpretação dos dados. O modo como organizámos o Quadro I permite-nos captar a dimensão e a estrutura da guarnição militar de Mazagão, em 1769, num total de 592 efectivos, organizados em três corpos (472 militares de infantaria, 99 de cavalaria e 21 de artilharia).

Na análise da sociedade mazaganista de então ressalta, desde logo, o peso da sua guarnição militar. Com efeito, os seus efectivos representavam 28,3% do todo social, mas esta relação aumenta significativamente se nos ativermos apenas aos homens e jovens capazes de pegar em armas que, como mostra o documento, podiam ser soldados a partir dos 13 anos de idade. Assim, se aos 1137 indivíduos do sexo masculino retirarmos as 303 crianças até aos 10 anos do mesmo sexo, os 35 rapazes de 11 e 12 anos e os 50 inválidos, ficam-nos 749 considerados válidos.

Portanto, os 592 elementos da guarnição militar representam 79% do universo dos homens e jovens capazes de se habilitarem a pegar em armas. Dito de outro modo, apenas 157, ou seja, 21% dos varões válidos não estavam integrados num dos três corpos da guarnição militar. Estes

ocupar-se-iam em actividades comerciais e artesanais, nas tarefas de conservação do património urbano construído e na prática de alguma agricultura dentro do espaço amuralhado e, fora dele, num circuito a coberto da artilharia e com a protecção de «um complexo sistema de tranqueiras», num perímetro semicircular de 8096 braças de mar a mar²⁴. As mulheres tinham a seu cargo as tarefas domésticas e de assistência à família e aos soldados em situação de guerra.

QUADRO I

Composição da guarnição militar de Mazagão, em 1769

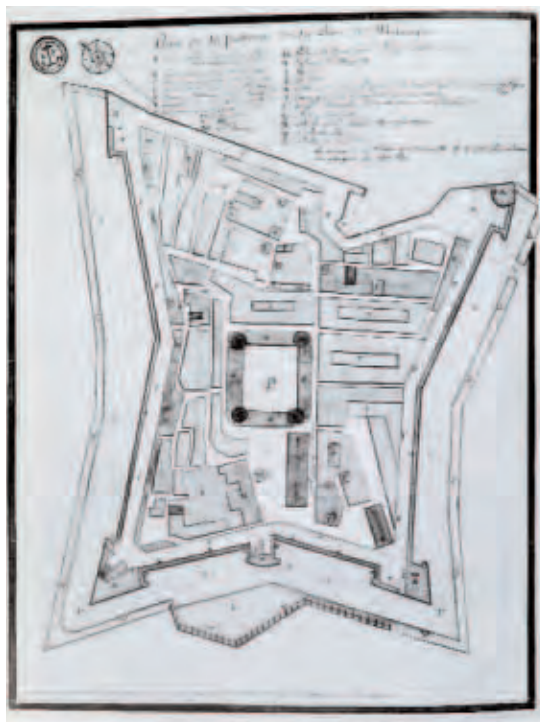
POSTO/CARGO OU FUNÇÃO	NÚMERO
Condestável	3
Almoadém	3
Anavel ou anadel	3
Capitão	10
Tenente	6
Alferes	18
Ajudante	1
Sargento	10
Furriel	7
Cabo	21
Soldado	355
Atalaia	23
Tambor (escravo/preto)	5
Atalhador	4
Porteiro da sentina (pardo)	1
Facheiro da Torre	1
Facheiro do Campo	1
Subtotal (corpo de infantaria)	472
Capitão de cavalaria	4
Tenente de cavalaria	3
Alferes de cavalaria	2
Cabo de cavalaria	3
Cavaleiro	87
Subtotal (corpo de cavalaria)	99
Condestável de artilharia	1
Artilheiro	20
Subtotal (corpo de artilharia)	21
TOTAL DA GUARNIÇÃO MILITAR (três corpos)	592

Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino, *Códice 1784*, «Rellação das Famílias que vierão de Mazagão, em 11 de Março de 1769.»

Não caiamos, porém, na tentação de considerar Mazagão uma realidade castrense. Para além de 71,7% da população que o documento regista ser civil, há que ter em conta que a grande maioria dos militares vivia em família e que quase metade da qual tinha um militar por cabeça-de-casal. Acresce ainda que, para além da população lusa, Mazagão acolhia gente de outras etnias: árabes, berberes, mouriscos expulsos de Espanha e judeus sempre muito ligados ao comércio.²⁵

Voltemos ao Quadro I e procuremos deslindar alguns aspectos que se escondem por detrás da rigidez dos números, apoiados nas informações específicas do documento. Resalta, desde logo, que a guarnição militar era constituída por três corpos (infantaria, cavalaria e artilharia).

O corpo de infantaria dividir-se-ia em três secções, cada uma das quais comandada por um condestável, coadjuvado por um almoadém, incorporando um grupo de besteiros, capitaneado por um anadel. Um dos almoademes fora nomeado por patente do governador e, dos três anadéis, um tinha-o sido por patente de Sua Majestade, outro por patente do governador e um outro registado sem qualquer alusão específica. Dos dez capitães, dois estavam nesse posto por patente de Sua Majestade, três por patente do governador, três agregados por nomeação do governador, um por nomeação do governador e um outro referenciado sem qualquer especificação. Quanto aos seis tenentes, três foram registados sem qualquer referência especial, dois foram-no por nomeação do governador e um era tenente agregado. Dos 18 alferes, seis aparecem-nos sem qualquer alusão especial, três tomaram o posto por patente de Sua Majestade, três por patente do governador, quatro por nomeação do governador, um era agregado por nomeação do governador e um outro era alferes agregado dos apartados. Havia



ainda na cadeia de comandos um ajudante por patente de Sua Majestade, um sargento-mor de infantaria por patente de Sua Majestade, cinco sargentos do número e quatro sargentos supra. O facheiro do campo era escravo da viúva D. Maria dos Santos.

Vejamos a cadeia de comando do corpo de cavalaria. Dos quatro capitães, um era agregado e três nomeados por patente do governador. Dois dos três tenentes eram-no por patente do governador e um não regista qualquer menção específica. Os dois alferes eram agregados pelo governador.

O corpo de artilharia era comandado por um condestável e, além dos vinte artilheiros no activo, aparece ainda registado um artilheiro aposentado.

É possível captar a evolução da guarnição militar de Mazagão nas duas últimas décadas

de resistência, antes da retirada final. Em 1751, era composta por 400 infantes, 150 cavaleiros e certamente um corpo de artilheiros da ordem das três dezenas. Em 1763, tinha a praça «de guarnição, quando completa, seiscentos infantes, duzentos cavallos, e quarenta artilheiros», o que denota um reforço e um último esforço no sentido de aguentar aquele bastião luso-marroquino²⁶. Em 1769, no momento da evacuação, contava, como se pode ver pelo Quadro I, com um contingente global de 592 efectivos (472 infantes, 99 cavaleiros e 21 artilheiros), reflectindo um decréscimo significativo da presença militar portuguesa em Marrocos, nos últimos seis anos, o que faz supor que a opção pela evacuação daquela praça já vinha sendo equacionada pelo gabinete josefino há algum tempo.

Passemos à análise mais civilista da comunidade urbana de Mazagão. O Quadro II condensa o estado civil dos cabeças-de-casal das 425 famílias aí estabelecidas.

QUADRO II
Estado civil dos cabeças-de-casal das 425 famílias de Mazagão, em 1769

ESTADO CIVIL	NÚMERO
Casados	312
Viúvos	39
Viúvas	49
Casada	1
Solteiros (5 padres)	18
Solteiras	6
TOTAL	425

Fonte: A.H.U., *Códice 1784*.

Predominam, naturalmente, os homens casados, seguindo-se as viúvas, os viúvos, os solteiros (cinco dos quais eram padres), as solteiras e uma casada. Quanto a esta, convirá esclarecer que se trata de D. Paula Inácia Joaquina, de 40 anos de idade, mãe de um filho soldado de 18 anos, outro de 15 e três filhas de 12, 10 e

5, respectivamente, «casada com Pedro Alvares degredado em Bição», a qual assumia excepcionalmente a função de cabeça-de-casal, em virtude da situação de manifesto impedimento do marido.

Excluindo as 229 pessoas que viviam individualmente, vem-nos que a composição média da instituição familiar de Mazagão era de 4,4, oscilando entre os dois membros (naturalmente marido e mulher, constituindo famílias de recém-casados ou de casais sem filhos, mas também pai e filha, mãe e filho, padre e criada, viúva e escravo e outros tipos de agremiação dual) e os onze elementos (dois agregados familiares), registando-se nove famílias de oito pessoas, 5 de nove e 4 de dez).

Uma das duas famílias de onze membros era a do tenente João Fernandes Estácio, constituída pelo cabeça-de-casal, por sua mulher Mariana de Jesus, seus três filhos, menores, António Gonçalves Romeiro, Francisco Xavier de Freitas e Manuel de Sousa Abreu, de 6, 5 e 3 anos, respectivamente, suas irmãs Francisca Fernandes (viúva), Ana Maria de Jesus e Bernardina da Piedade, de 50, 49 e 35 anos, sua sobrinha Maria da Conceição, de 25 anos, seu criado João da Costa, de 12 anos e seu escravo José Vasco, de 35 anos.

A composição do casal que acabámos de analisar reflecte bem o conceito alargado de família, existente em Mazagão. Para além da mulher e dos filhos, aparecem-nos com frequência famílias agregando membros de outros tipos de parentesco ou de vínculo, como mães, sogras, tias, sobrinhos, netos, irmãos, cunhados, enteados, afilhados, enjeitados, criados e escravos (ver Quadro III).

Tomemos o exemplo de outra família numerosa, com dez membros, a do anadel Francisco Fernandes de Macedo, de 43 anos, para podermos estabelecer algumas comparações. De sua mulher, D. Maria Gil, de 41 anos,

QUADRO III

Parentesco ou vínculo dos membros das 425 famílias de Mazagão, em 1769, em relação ao cabeça-de-casal

PARENTESCO OU VÍNCULO	NÚMERO
Cabeça-de-casal	425
Mulher	312
Filho	497
Filha	441
Mãe	11
Sogra	6
Tia	3
Sobrinho	9
Sobrinha	11
Neto	4
Neta	7
Irmão	5
Irmã	32
Cunhado	2
Cunhada	10
Enteado	5
Enteada	4
Familiar	4
Afilhado	2
Afilhada	2
Enjeitado	3
Enjeitada	3
Agregada	1
Criado	2
Criada	4
Escravo	23
Escrava	29
Não indicado	6
Não integrado em família	229
TOTAL	2092

Fonte: A.H.U., *Códice 1784*.

tinha três filhos, o cavaleiro Belchior Vieira de Macedo, de 19 anos, o soldado João Tavares, de 15 anos, Manuel Fonseca, de 13 anos e cinco filhas, D. Maria José, D. Isabel Rodrigues, D. Joana Valente, D. Antónia Mariana e D. Catarina Maria de Sousa, de 16, 9, 7, 5 e 3 anos, respectivamente. Desde logo ressalta uma diferença em relação ao casal anteriormente ana-



Um mercado em Mazagão no século XVIII.
Biblioteca Nacional de Lisboa

A costa de Mazagão no século XVIII.
Biblioteca Nacional de Lisboa

lisado. Trata-se de uma família nuclear, composta pelo pai, pela mãe e por oito filhos (três rapazes e cinco raparigas). Ao contrário da do tenente, a família do anadel devia pertencer à ordem nobiliárquica, uma vez que a mulher e as filhas, mesmo as crianças de tenra idade, ostentam o tratamento de «Dona» ligado ao nome. Se analisarmos atentamente o códice que vimos estudando, deparamos, a cada passo, com famílias em que a mulher e as filhas têm a anteceder o nome essa forma de tratamento, o que denota bem o peso da nobreza na realidade social de Mazagão.

Uma coisa, porém, apresenta em comum as duas famílias que tomámos como exemplo. Em ambas, o sobrenome dos filhos são diferentes uns dos outros e raramente ostentam o do pai ou da mãe, situação que traduz, neste aspecto, a generalidade dos agregados familiares desta comunidade urbana.

Pondo de lado o estatuto social que, aliás, o documento não destrinça explicitamente, se analisarmos com algum cuidado a composição e a situação de cada uma das famílias arroladas, facilmente se constata que as condições económicas eram bastante heterogéneas. Independentemente de estarmos perante famílias numerosas ou de poucas pessoas, detectam-se agregados familiares de vida manifestamente desafogada, outros de situação difícil e precária, roçando o limiar da sobrevivência ou mesmo da indigência e, neste caso, vivendo à mercê de instituições de assistência ou da caridade alheia, e outros, sem dúvida a maioria, onde predomina a presença de soldados como cabeça-de-casal ou como dependentes, que evidenciam um modo de vida intermédio que podemos classificar de remediado.

A ilustrar a primeira situação, temos os exemplos já referidos do anadel Francisco Fernandes de Macedo e do tenente João Fernandes Estácio, a que poderíamos juntar a família de seis pessoas do capitão agregado pelo governador João das Neves ou a do tenente de cavalaria por patente do governador Luís Manuel, com um agregado familiar de sete pessoas.

Famílias pequenas e de vida desafogada, diríamos mesmo faustosa, também se detectam algumas. Seja o caso do condestável Francisco Gonçalves de Velhasco, de 53 anos, de sua mulher Catarina Leite, de 24, e da filha Maria da Luz, de 4. Ou do anadel por patente do governador António do Rego Coutinho, de 40 anos, sua mulher D. Maria Madalena, de 39, e sua filha D. Leonor Salgueira, de 16.

Mas não custa adivinhar as dificuldades por que passavam famílias como a que tinha por cabeça-de-casal o adolescente Sebastião Rodrigues, de 12 anos, certamente órfão de pai e mãe e, por isso mesmo, responsável por quatro irmãos: Vicente Álvares, de 8 anos, Belchior BARRIGA Português, de 4, Ana Custódia, de 16, e Maria

da Luz, de 7. Ou a constituída por João Português Pereira, de 59 anos, incapaz, e de sua mulher D. Ana de Jesus, de 54. Ou ainda a da viúva Teresa das Neves, de 39 anos, e de seu filho Sebastião Gomes, de 11.

Certamente na situação de indigência, embora se suspeite estirpe nobre, aparecem-nos alguns casos como o da família de Tomás Antunes, de 79 anos, incapaz, sua irmã D. Crispina Lopes, de 77, e seu irmão, também incapaz, Sebastião Antunes, de 60. Acrescente-se, contudo, que casos aparentemente dramáticos como este não se detectam com muita frequência.

Famílias sem abastança, mas com as condições económicas mais ou menos resolvidas, eram, sem dúvida, a grande maioria. Um dos exemplos que vale a pena tomar é a outra família de 11 membros (já vimos a do tenente João Fernandes Estácio) que tinha por cabeça-de-casal o soldado Bernardino de Moraes, de 42 anos, casado com Antónia Pinta, de 40, pais de seis filhos e duas filhas, o mais velho dos quais o cavaleiro Francisco Xavier, de 16 anos, Manuel dos Santos, de 15, Inácio Fragoso, de 11, António de Mendonça, de 5, José do Espírito Santo, de 4, João de Mendonça, de 1, Margarida Xavier, de 8, e Maria Xavier, de 3 e que ainda conseguiram espaço na família para criar o enjeitado João de Matos, então com 21 anos. Um outro exemplo é o do cavaleiro António Ribeiro, de 40 anos, casado com Francisca de Jesus, de 24, pais de Pascoal do Sacramento, de 8, João, de 1, e Maria do Rosário, de 9. Ainda um outro exemplo pode ser a viúva Rosa Maria de Sousa, de 60 anos, mãe do cavaleiro Sebastião José Prestes, de 19, e do soldado José Prestes, de 18.

Como se viu, 229 pessoas viviam individualmente, sem estarem integradas em famílias, as quais se integravam na comunidade mazaganiستا do seguinte modo: 170 soldados (um dos quais incapaz) viviam, certamente, aquartela-

dos nas casernas e havia ainda três padres, o «Mestre de meninos», 20 homens incapazes, 11 mulheres, cinco viúvas e dois viúvos. Pressente-se que a vida destas últimas 38 pessoas estaria à mercê da solidariedade institucional ou particular.

O código em análise poderá facultar a reconstituição da estrutura etária da população cristã de Mazagão, uma vez que nos dá a idade das 2092 pessoas evacuadas em 11 de Março de 1769, possibilitando até a elaboração da pirâmide de idades. Não cabe no âmbito deste artigo essa análise, mas o Quadro IV permitir-nos-á uma aproximação à taxa de natalidade e até aventar a taxa de mortalidade das crianças menores de 10 anos.

QUADRO IV

Frequência de idades dos menores de 10

IDADE	RAPAZES	RAPARIGAS	TOTAIS
Meses	21	23	44
1 ano	21	25	46
2 anos	45	21	66
3 anos	26	33	59
4 anos	30	30	60
5 anos	34	30	64
6 anos	29	22	51
7 anos	15	30	45
8 anos	45	24	69
9 anos	19	31	50
10 anos	18	23	41
Total	303	292	595

Fonte: A.H.U., *Código 1784*.

Temos, assim, que as 595 crianças menores de 10 anos representavam 28,4% da população cristã de Mazagão, o que nos dá uma aproximação à taxa de natalidade de cerca de 3%. Comparando, por exemplo, com a Madeira, temos que os menores de 7 anos representavam, em 1598, 26,8% da população do arquipélago e a taxa de natalidade registada foi de 3,8%; em 1767, as crianças com menos de 7 anos repre-

sentavam apenas 9,2% da população e a taxa de natalidade baixou para 1,3%, quebra explicável por uma violenta epidemia de sarampo que grassou naquele arquipélago nesses anos.²⁷ Pode, pois, considerar-se normal a taxa de natalidade em Mazagão, nos últimos dez anos que precederam a evacuação.

Quanto à taxa de mortalidade, não temos dados para a calcular, mas, da análise do quadro, vislumbra-se uma mortalidade infantil relativamente baixa. Com efeito, se verificamos uma significativa variação numérica entre as crianças de ambos os sexos com a mesma idade e até algumas oscilações entre os totais de alguns anos, o certo é que não se registam grandes disparidades no conjunto da década que prenunciem anos críticos denunciadores de surtos epidémicos. Note-se, aliás, a presença de um médico, de um cirurgião e a existência de instituições de assistência como as confrarias, nomeadamente a da Piedade e a da Santa Casa da Misericórdia com o seu hospital.

Dois outros indicadores apontam para uma taxa de natalidade relativamente alta e uma taxa de mortalidade infantil relativamente baixa. Um deles é o facto de aparecerem com frequência casais em que as idades dos filhos são muito próximas, muitas vezes nascidos em anos seguidos. Outro é o registo de oito casos de irmãos gémeos, com idades inferiores a 19 anos. Vale a pena referi-los: Valério Vaz e Francisca Inácia, de 19 anos, filhos da viúva Maria Rodrigues Cabral; José Vicente Leite e João Tavares, de 15 anos, filhos do tenente por nomeação do governador André Cardoso e de sua mulher D. Guiomar da Silva; Pedro Rodrigues e Vicência Maria, de 9 anos, filhos do soldado Inácio de Sousa Falcão e de sua mulher D. Ana Gonçalves; Timóteo José e António Martins da Cunha, de 7 anos, filhos do viúvo, incapaz, Manuel Falcão Pires; D. Joana Maria e D. Mariana da Fonseca, de 7 anos, filhas do alferes por nomeação do gover-

nador e de sua mulher D. Isabel Botelha; Catarina Valente e Alexandre António, de 5 anos, filhos do soldado Pedro Valente da Costa e de sua mulher Maria Espinosa; Lázaro Valente e Isabel da Assunção, de 4 anos, filhos da viúva Francisca Inácia; José e Jacinta, de 5 anos, filhos da escrava Ana, sendo os três escravos do escrivão do almoxarifado Domingos Pinto da Fonseca e de sua mulher D. Maria Neta.

Além da composição e da estrutura hierárquica do corpo militar, o código regista a função, cargo, profissão, ocupação ou situação de certos agentes da sociedade civil mazaganista. São eles: o médico Dr. Leandro Lopes de Macedo, o cirurgião Armando da Costa, o «Mestre de meninos» Manuel Ferreira da Costa, o oficial da vedoria Francisco Afonso da Costa, os escrivães da vedoria Felizardo José de Miranda e Manuel Gonçalves Luís, o escrivão do almoxarifado Domingos Pinto da Fonseca, os meirinhos Gaspar Álvares Faleiro e Manuel Gonçalves da Costa, o fiel dos armazéns Miguel dos Anjos, o piloto da barra António Baptista e o sapateiro José da Costa. De referir ainda 2 criados, 4 criadas, 23 escravos, 29 escravas e 50 incapazes (dos quais cinco eram soldados incapazes cabeças-de-casal e um soldado incapaz não integrado em família).

Como é natural, o clero estava presente, não para converter mouros, porque não havia condições para tal, mas para prestar assistência religiosa aos cristãos da cidade. O documento regista um grupo de nove eclesiásticos. Vale a pena ver como estavam ou não integrados em famílias e como estas eram constituídas: o padre frei Lázaro Valente Marreiros, de 40 anos de idade, era o «Vigário da Praça de Mazagam» e vivia só; sozinho viviam também o padre frei João Valente da Costa, de 45 anos, e o religioso frei Diogo Dias da Costa, de 67; o provisor, padre Pedro Rodrigues, de 66 anos, era cabeça-de-casal e vivia com sua irmã Francisca Fernandes, de 49, sua sobrinha

Vicência Maria, de 44, seu sobrinho Simão Marques Leitão, de 23, e sua escrava Maria, de 30; o padre Brás João Romeiro, de 72 anos, vivia com a sua escrava Ana Maria, de 40; o padre Francisco Afonso da Costa, de 58 anos, vivia com o preto Gonçalo Pereira, de 30, que era soldado-tambor; o padre Mateus Vaz, de 32 anos, era filho da viúva e cabeça-de-casal Brites Pires de Macedo, de 44, com quem vivia juntamente com seu irmão, cavaleiro Pedro de Amorim, de 22, e com suas irmãs Isabel Velosa, Ana Dias e Engrácia Maria, de 23, 20 e 16 anos, respectivamente; o padre Matias da Cruz Rua, de 74 anos, vivia com a sua escrava Ana Maria, de 29; o padre Pedro António Amora, de 36 anos, era cabeça-de-casal e tinha como dependentes seu irmão Manuel de Jesus Amora, de 23, suas irmãs D. Catarina de Abreu, de 25, e D. Isabel Gonçalves, de 19, e seu afilhado António José, de 15.

Para coadjuvar estes sacerdotes, haveria, certamente, alguns sacristães que o documento não assinala, mas regista como «Mestre da Capela» o soldado José Joaquim de Aguiar.

Como o próprio título sugere, a «Relação das Famílias que vierão de Mazagão, em 11 de Março de 1769» dá-nos informações preciosas sobre as pessoas que constituíam a população de Mazagão, permitindo-nos traçar o seu retrato sociológico, mas não nos fornece quaisquer dados sobre o pano de fundo desse retrato, ou seja, nada nos diz sobre a fortaleza e o correspondente sistema defensivo, sobre as habitações e a organização do casario dentro e fora das muralhas, numa cidade que, como vimos, chegou a ter três mil habitantes, sobre os edifícios religiosos, concretamente a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção e de outras igrejas e capelas, enfim, sobre as instituições e sobre o quotidiano daquela praça marroquina.

Não vamos debruçar-nos aqui sobre essa matéria. Nem tal se justificaria. Remetemos, nesse sentido, o leitor para os excelentes estudos

de António Dias Farinha²⁸ e de Pedro Dias²⁹, dos quais, aliás, extraímos as gravuras que ilustram este texto.

A reflexão a que este estudo nos obrigou levou-nos a concluir que, afinal, há fortes relações entre a história portuguesa de Marrocos e a história da colonização do Brasil. Quando se tratou de avaliar e de racionalizar os meios para garantir a manutenção e o funcionamento do império, a coroa portuguesa sacrificou sempre o pesadelo marroquino ao sonho brasileiro.

Na verdade, quando D. João III, em 1533, decidiu imprimir um novo impulso ao até aí incipiente processo de colonização do Brasil, lançando-o numa nova etapa com a criação das capitâncias hereditárias, pediu ao Papa Clemente VII que lhe permitisse manter em Marrocos apenas as praças de Ceuta, Tânger e Arzila, autorizando-o a abandonar as restantes. Anos mais tarde, perante a queda de Santa Cruz do Cabo de Gué, face ao ataque do xarife do Suz, em Março de 1541, o monarca português decidiu abandonar, em Outubro desse mesmo ano, Safim e Azamor e, no momento em que instalava o governo-geral do Brasil, em 1549, mandou evacuar Alcácer Ceguer (1549) e Arzila (1550).

Ceuta ficará na posse de Espanha em 1640 e Tânger será sacrificada, em 1662, ao apoio da Inglaterra à Guerra da Restauração e à consequente defesa do Império Português, nomeadamente do Brasil, englobada que foi no dote desse casamento de conveniência de D. Catarina de Bragança com Carlos II.

Mazagão, o último bastião português em Marrocos, perante as investidas dos mouros, no momento em que o Marquês de Pombal centrava o esforço da política ultramarina no Brasil, será deportada para a Amazónia, onde os seus cerca de dois mil habitantes irão participar no processo de povoamento e de municipalização, com a fundação de Vila Nova de Mazagão.

- ¹ António Dias Farinha (Estudo crítico, introdução e notas de), *Crónica de Almançor, sultão de Marrocos (1578-1603)*, Edição bilingue, com tradução francesa por Léon Bourdon, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1997, pp. XLIII-XCV. Veja-se do mesmo autor, *História de Mazagão durante o período filipino*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Lisboa, 1970.
- ² Robert Ricard, *Mazagan et le Maroc sous le règne du sultan Mouley Zidan (1608-1627), d'après le Discours de Gonçalo Coutinho, gouverneur de Mazagan (1629)*, Paris, Paul Geuthner, 1956, e ainda *Dicionário de História de Portugal*, Vol. IV, «Marrocos».
- ³ Agostinho de Gavy de Mendonça, *História do cerco de Mazagão*, Lisboa, Biblioteca de Clássicos Portugueses, 1890, p. 239.
- ⁴ António Dias Farinha, *História de Mazagão durante o período filipino*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, pp. 115 e 116.
- ⁵ *Ibidem*, pp. 30-32; Raul da Silva Veiga (Catálogo organizado por), *Documentos referentes ao governo da praça de Mazagão, 1758-1769, Cartório dos Condes da Cunha*, Coimbra, Publicações do Arquivo da Universidade de Coimbra, 1982, pp. 56 e 57. Para um estudo aprofundado deste cerco, veja-se Agostinho de Gavy de Mendonça, *História do cerco de Mazagão*, Lisboa, Biblioteca de Clássicos Portugueses, 1890. O extenso e só por si esclarecedor título original desta obra, cujo autor foi testemunha presencial dos acontecimentos nela narrados, é o seguinte: *Historia do famoso cerco que o xarife pos á fortaleza de Mazagam deffendido pello valeroso capitam mor della Ruy de Sousa de Carvalho, Reynando neste reyno a Serenissima Raynha Dona Catharina primeira do nome em Portugal, no anno de 1562. Escrita por Agostinho de Gavy de Mendonça, cidadão da cidade de Lisboa, natural da dita Força. Dirigida ao muyto poderoso senhor Dom Diogo da Silva, conde de Portalegre, Mordomo Mor do Reyno de Portugal. Impresso com licença da Santa Inquisição, em Lisboa, em casa de Vicente Alvarez, anno de 1607.*
- ⁶ Simão Correia de Mesquita, *Relaçam do choque, que tiveram os Cavalleiros da Praça de Mazagão com os mouros de Aducala, e Azamor, em 7 de Dezembro de 1751*, Lisboa, Joze da Sylva da Natividade, 1752. Escrita por Simão Correia de Mesquita, assistente na mesma Praça, que dedica, e consagra ao Ilustrissimo, e Reverendissimo Senhor D. Luiz da Cunha, prelado da Santa Igreja de Lisboa, p. 7.
- ⁷ *Ibidem*, p. 8.
- ⁸ *Ibidem*, p. 12.
- ⁹ Simão Correia de Mesquita, *Relaçam do grande combate, e fatal peleja, que agora proximamente tiverão os Soldados, e Cavaleiros da Praça de Mazagão, com os Mouros de Azamor, e Maquinez*, Lisboa, Na Officina de Manoel Soares, Anno de 1752, p. 8.
- ¹⁰ *Ibidem*, p. 6.
- ¹¹ Simão Correia de Mesquita, *Notícia do grande choque que teve a Guarnição do Presidio de Mazagam com os Mouros estuques, e de como alcançou delles huma fatal victoria no dia 3 de Fevereiro do anno de 1753*, s. l., s. e., s. d., p. 2.
- ¹² *Ibidem*, p. 6.
- ¹³ Simão Correia de Mesquita, *Relaçam do grande, e admiravel choque que teve o presidio de Mazagam, em 28 de Outubro proximo passado com os Mouros da sua fronteira*. Dada ao publico em 16 de Abril de 1755, s. l., s. e., s. d., p. 6.
- ¹⁴ *Ibidem*, pp. 7 e 8.
- ¹⁵ *Ibidem*, p. 8.
- ¹⁶ Simão Correia de Mesquita, *Noticia do grande assalto e batalha, que os Mouros derão á Praça de Mazagam, em o mez de Junho do presente anno de 1756. Com outras cousas notaveis modernamente succedidas na mesma Praça*. Lisboa, Na Officina de Domingos Rodrigues, 1756, p. 3.
- ¹⁷ *Ibidem*, p. 4.
- ¹⁸ *Ibidem*, pp. 7 e 8.
- ¹⁹ *Ibidem*, p. 8.
- ²⁰ Simão Correia de Mesquita, *Noticia do grande assalto, e batalha, que os Mouros derão á praça de Mazagam em o mez de Junho de 1760*, Lisboa, Na Officina de Ignacio Nogueira Xisto, 1760.
- ²¹ Pedro da Silva Correia, *Feliz e glorioso successo da batalha, que a guarnição de Mazagão teve em quatro de Abril deste anno de 1763 com oito mil Mouros por mais certa noticia, destroço e mortandade, que nove Cavalleiros fizerão na mesquita dos Corsairos, que na Cidade de Salé se tem armado contra a Republica Catholica Romana*, Lisboa, Na Officina de Miguel Rodrigues, 1763.
- ²² *Ibidem*.
- ²³ Cf. o nosso artigo «Mazagão. De Marrocos para a Amazônia», *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, nº 1, Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura – Universidade de Coimbra, 2001, pp. 81-109. Nessa primeira abordagem deste códice, referenciámos 418 famílias, mas, na realidade, são 425. Aproveitamos para rectificar agora este e outros dados.
- ²⁴ Pedro Dias, *História da Arte Portuguesa no Mundo (1415-1822). O Espaço Atlântico*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1999, p. 64.
- ²⁵ António Dias Farinha, *História de Mazagão durante o período Filipino*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1970, pp. 71-80.
- ²⁶ Cf. o nosso artigo atrás citado «Mazagão. De Marrocos para a Amazônia», pp. 83, 87 e 88.
- ²⁷ Cf. José Manuel Azevedo e Silva, *A Madeira e a construção do Mundo Atlântico (Séculos XVI-XVII)*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1995, vol. II, pp. 655-657.
- ²⁸ António Dias Farinha, *História de Mazagão durante o período filipino*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1970; *Crónica de Almançor, Sultão de Marrocos (1578-1603)*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1997.
- ²⁹ Pedro Dias, *ob. cit.*, pp. 42-44, 59-67 e 78-80.